

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : C.B.

CLASS. : PMR1220

DATA : 21 03 90

PG. : 17

Destino da Funai ainda é incógnita

O Ministério da Justiça, desde o último dia 15, é o responsável pelas populações indígenas brasileiras, mas a manutenção da Fundação Nacional do Índio (Funai) é uma incógnita. O Decreto 99.180, assinado pelo presidente Fernando Collor de Mello, não faz qualquer referência ao órgão. Diz apenas que o Ministério tem, entre outras atribuições, em sua área de competência, os índios.

Enquanto o ministro da Justiça, Bernardo Cabral, não define a política indigenista e o destino da Funai, o órgão está sendo administrado pelo coronel Ayrton Alcântara Gomes, superintendente-geral. "Não temos nenhuma orientação específica", diz o coronel Alcântara Gomes. Até decisão em contrário, ele continua trabalhando normalmente, junto com mais 4.680 funcionários, que consomem 90 por cento do orçamento do órgão, estimado em Cr\$ 211 milhões para este ano. A folha de pagamento de março corresponde a Cr\$ 190 milhões.

DISTORÇÃO

Na opinião de Alcântara está distorção — 90 por cento dos recursos para a atividade-meio, restando apenas dez por cento para atendimento das necessidades indígenas — exigirá do novo presidente medidas profundas para a sua correção. "Não temos dúvida de que o órgão será reformulado", salienta Alcântara. Apesar de dizer que não tem uma orientação específica para a Funai, Alcântara Gomes entrou na "era Collor". Seguindo as orientações do pacote econômico e administrativo, ele abriu processos para alienar aeronaves e cerca de 80 veículos.